

A Teoria da Enunciação e a escrita

Magali Lopes Endruweit*

Narciso irremediável, pouco importa grafe "eu" ou "tu" ou "ele", o escritor fala sempre de si mesmo (Edward Lopes, 1993, p.17).

Resumo – Este artigo aborda a relação entre a Teoria da Enunciação e a escrita. Três pontos norteiam a discussão: o primeiro trata especificamente da noção de escrita assim como apresentado no CLG, isto é, como representante da oralidade; o segundo ponto abordado postula a possibilidade da reabilitação da escrita desvinculada da idéia de representação, vendo-a como um sistema; o terceiro item procura na Teoria da Enunciação um aporte teórico que permita abordar a escrita como um lugar de enunciação.

Introdução

O objetivo desta reflexão é procurar situar na teoria da enunciação um aporte teórico para as questões referentes à escrita. Tal posicionamento propicia a presença de três questões como condição metodológica: (a) por que tratar de escrita se o seu estatuto sempre foi secundário em relação à oralidade? (b) qual conceito de escrita poderia interessar à enunciação? (c) é possível encontrar em Benveniste alguma alusão à escrita que sustente essa aproximação teórica?

Cada uma das três questões pode ser justificada em função dos pressupostos que mobiliza: a primeira permite reabilitar a escrita, dando-lhe um lugar no quadro dos estudos lingüísticos; a segunda possibilita desvincular a noção de escrita da idéia de representação da fala – oralidade – e vê-la como uso do sistema; a terceira considera que abordar a escrita pelo viés da enunciação é

* Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS.
e-mail: magali.endruweit@bol.com.br

(Continuação da p. 44)

Coube a seu filho Álvaro Porto Alegre a conservação dos originais, bem como a iniciativa e várias tentativas de edição do **Popularium**, algumas com êxito parcial. Após seu falecimento, em 1969, a viúva, poetisa Adecartice Ferreira Porto Alegre, confiou a missão de promover a edição ao Círculo de Pesquisas Literárias. Este, em 1976, endossou aquela atribuição à Editora da UFRGS, que, após longo preparo editorial e gráfico, tem a satisfação de colocar à disposição do público este alentado volume da obra de Apolinário Porto Alegre. A edição contou com o decisivo apoio do Instituto Estadual do Livro, da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.

É importante a leitura da *Nota dos Editores*: É com satisfação que apresentamos ao público a segunda edição do **Popularium** no ano em que se comemora o centenário da morte de Apolinário José Gomes Porto Alegre (1844-1904).

Os originais do **Popularium** foram reordenados e reorganizados por um trabalho meticuloso de Lothar Hessel, sempre com a preocupação de conservar a singularidade e a fidelidade aos documentos originais.

O livro, agora acrescentado de uma segunda parte inédita, é resultado de um profundo desejo de documentar as tradições culturais do Rio Grande do Sul e de olhar para esses saberes do dia-a-dia que estão perpetuados na memória.

As páginas 12 a 492 da primeira parte são reproduções fac-similares da publicação anterior, exceto a página 18, diagramada novamente, mas com o texto e a foto da primeira edição. Os fôlios (números que identificam as páginas) foram recompostos, mas com a correspondência mantida.

O trabalho seguiu um caminho longo. Fruto de uma parceria com o Instituto Estadual do Livro, ele agora se materializa nesta segunda edição revista e ampliada, graças ao somatório de esforços das equipes e colaboradores das instituições envolvidas.

Esta obra é acessível não só aos filólogos, mas a todos aqueles que se interessam e querem compreender as tradições gaúchas.

A muitas pessoas deve-se a edição deste monumento da cultura lingüístico-filológica, o mérito maior é do paciente, perseverante e clarividente Prof. Lothar Francisco Hessel.

Prof. Ir. Elvo Clemente

reservar uma instância específica de teorização sobre a subjetividade na linguagem escrita.

1 A escrita reabilitada

Muito antes de Saussure apregoar a “tirania da letra sustentando que a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce” (1991, p. 40), Aristóteles, de acordo com Platão, afirmou com relação à natureza da escrita que “os sons emitidos pela voz são símbolos dos estados da alma e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz” (*Da interpretação*, 16 a 3). E antes deles, os sofistas acreditavam que a linguagem só conduzia a si mesma, por isso, bastava apenas falar para dizer a verdade (daí a força do juramento). Somente através da palavra seria possível transmitir o verdadeiro conhecimento, pois é necessária a presença de quem fala e de quem escuta no momento mesmo em que a conversa se dá. Por esse ângulo, a presença física seria a garantia de verdade, e estar ausente, fazendo-se representar através da escrita, em nada garantiria o comprometimento do autor.¹

Inegavelmente, a fala é a característica que distingue sobremaneira o homem do animal, e por esse ângulo, a fala seria considerada como um fato biológico, e a escrita como um fato cultural. No século XVIII, Rousseau afirmava: “expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias idéias quando se escreve” (2003, p. 118) reforçando o entendimento de que a escrita se prestaria mais ao exercício da razão, enquanto a fala seria a expressão das emoções humanas. Razão e emoção, corpo e alma, fala e escrita. Eis o homem, desde sempre cindido, dividido entre o bem e o mal, a se debater entre a binariedade que assombra a alma humana.

Por tudo isso, o objeto da lingüística não é a escrita. Talvez não seja exagero afirmar que durante a maior parte do século XX a lingüística ignorou a escrita, no que pese as idéias difundidas pelo grupo de lingüistas pertencentes à escola de Praga. É possível que essa atitude seja ainda uma reação contra a tradição dos estudos lingüísticos iniciados antes mesmo do século XIX. Por essa época, os estudiosos que se dedicavam às pesquisas relativas à língua possuíam um espírito avaliador e estavam preocupados em erradi-

car os erros lingüísticos. Para esse fim, a escrita estaria sob medida. Além disso, os estudos diacrônicos, principalmente as pesquisas referentes à etimologia histórica, direcionaram a atenção para a escrita como uma forma conservadora em oposição à fala, menos sujeita às pressões sociais.

Toda essa bagagem relacionada com o estudo prescritivo da língua estigmatizou o surgimento da lingüística sincrônica cuja base epistemológica ancorava-se em uma ciência basicamente descritiva: o que interessava era a língua em uso, não mais sua adequação às regras prescritas pelos puristas. Para os estudiosos dedicados a uma abordagem mais inovadora, a expressão oral era o lugar por excelência para tal investigação. Dessa distinção entre a abordagem tradicional da filologia e a lingüística como uma ciência autônoma – em que a palavra falada era primazia – resultou o preconceito em relação à validade da escrita como objeto de estudo. A aceitação da primazia da língua falada foi uma conquista árdua para a lingüística e o fato de ter ultrapassado a idéia de olhar a fala somente através de sua representação escrita significou um avanço tão grande que conceder qualquer espaço para a escrita representaria um recuo.

É fácil entender as razões que fizeram com que Saussure, já na introdução do Curso de Lingüística Geral, não economizasse críticas em relação à escrita:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (1991, p. 34).

O lugar da escrita é, portanto, o de representar o signo vocal, com toda a carga depreciativa que este lugar lhe reserva: ser a imagem imóvel de um fenômeno vivo, ocupando um espaço que não lhe pertence. Um vicário apenas.

O cerne da questão é evidente. Saussure considera a escrita como representação da língua oral, e sob essa impressão segue-se, no CLG, numerosas declarações depreciativas sobre a escrita. A ortografia é citada como sendo capaz de influenciar a pronúncia viciosa de certas palavras, e a argumentação contra a escrita reforça a idéia de que a língua independe da escrita. É possível notar,

¹ Derrida (1973, p. 21) sustenta a existência da boa e da má escritura: “boa e natural, a inscrição divina no coração e na alma; perversa e artificiosa, a técnica, exilada na exterioridade do corpo. Modificação totalmente interior do esquema platônico: escritura da alma e escritura do corpo, escritura do dentro e escritura do fora, escritura da consciência e escritura das paixões, assim como há uma voz da alma e uma voz do corpo: A consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo” (*Profissão de Fé*).

no entanto, uma certa alteração nas reflexões saussurianas no decorrer do Curso,² e precisamente essa mudança de rumo é que permite reabilitar a escrita no quadro dos estudos lingüísticos.

2 A escrita liberta do som

Embora seja inegável a exclusão da escrita como objeto de estudo da lingüística, é possível pensar uma via de abordagem que abarque a escrita não mais vinculada à representação da fala como oralidade, mas como uso do sistema. Para tanto, é preciso recorrer à noção de significante, mais precisamente à problemática da materialidade ou não-materialidade do significante.

A subordinação da escrita em relação à palavra falada somente é possível se as colocarmos em uma situação de comparação ou tomarmos aquela como representação desta. Tal posicionamento significa aceitar a materialidade do significante, e é justamente este o ponto de vista defendido por Saussure para sustentar o caráter linear do significante: “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo” (1991, p. 84). A linearidade se apresenta como uma característica de elementos colocados um após o outro, situados em um contínuo espacial. Seria, portanto, essa linearidade do tempo referida à fala e não à língua? É possível que sim, visto se tratar do tempo físico. De todo modo, o caráter da linearidade é que permite a sucessão de letras na fala e também na escrita: “esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos” (1991, p. 84).

Sustentar a materialidade do significante traz, no mínimo, duas implicações contraditórias. A primeira delas aparta duas noções inseparáveis: significante e significado. Arrivé (1999) desenvolve essa questão de forma minuciosa e aponta para uma substituição da nomenclatura utilizada por Saussure no CLG. O caráter linear do significante passa a ser tomado pelo caráter linear da língua para sustentar a definição de sintagma:

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo

² Não desconheço a necessidade de separar o pensamento saussuriano das reflexões apresentadas no CLG. Se pareço ignorá-los, deve-se ao fato de que neste momento meu interesse centra-se fundamentalmente na publicação que se tornou o marco da lingüística contemporânea.

tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagma (p. 142).

Arrivé (1999) justifica esse deslizamento terminológico pelo fato da linearidade atravessar os limites dos signos. Tanto significante como signo sendo lineares, tornam possível falar da linearidade da língua. Assim, é o caráter material do significante que torna possível a sua linearidade, manifestada na atualização da língua. Mas é essa mesma materialidade que revela outra contradição.

Contrariando a concepção da materialidade do significante, sua assimilação ao som, Saussure defende o caráter não-material do significante:

É impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. [...] em sua essência, este [o significante] não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não pela sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras (p. 137).

Ora, ter um caráter incorpóreo é próprio da não-materialidade do significante. O interessante aqui é notar que a linearidade do significante somente é possível por conta de sua materialidade e a conseqüente submissão ao tempo; portanto, é próprio submeter à linearidade um elemento incorpóreo? Saussure nada diz a respeito.³

O que interessa reter desta dupla concepção de significante apresentada no CLG é precisamente a noção de pura abstração decorrente da não-materialidade.

Significante $\left\{ \begin{array}{l} \text{Imagem acústica, som vs escrita.} \\ \text{Não é som, não tem matéria, pura forma.} \end{array} \right.$

Somente em relação à materialidade sonora é possível entender a escrita como representação do som e, por conseguinte, vê-la como sua subordinada. Ao assumir um significante incorpóreo, a escrita perde o contato com o som e pode, a partir de então, ser também considerada um sistema de signos. Pode, principalmente, ser aceita em posição de igualdade em relação à língua, sendo

³ Arrivé (1999) recorre à pesquisa de Saussure sobre os anagramas para discutir o conceito de linearidade, que o autor considera como “o nó da reflexão saussureana” (p. 52).

submetida à noção de valor. O que temos agora é a escrita dotada de uma estrutura, ratificando o conceito saussuriano de que *a língua é forma e não substância*, ao que se pode acrescentar: a língua não é som, ela se manifesta na substância sonora ou escrita.

3 Escrita e enunciação

A escrita deixa de ser a transposição do oral e ao mesmo tempo abandona a função de auxiliar da memória: eis a escrita reabilitada passando a ter autonomia como uma apropriação interior, estruturada e também submetida ao sistema da língua. E é esta estrutura que permite aproximá-la da lingüística e da teoria da enunciação.

Se podemos pensar que o sistema lingüístico não deixa de constituir um sistema ainda que considere a enunciação, é legítimo estender essa afirmação para a escrita. A questão aqui proposta é a aceitação de que o sujeito escrevendo deixa traços de sua experiência, por isso é pertinente que se entenda o produto da enunciação como conseqüência da utilização da língua. Indo mais além, é possível ver na escrita, igualmente um ato de apropriação de um sujeito marcado no enunciado produzido. Também na escrita o locutor é parâmetro, é condição necessária à enunciação. Assim, entender a língua antes da enunciação apenas como "possibilidade da língua" (PLG II, 1989, p. 83) significa que a escrita, pura forma, é, em um momento, apenas a letra, a representação semiótica. Depois da enunciação, a plenificação desta escrita, a semantização e a transformação em discurso, este movimento é o trabalho do sujeito na língua. De um sujeito que, ao escrever registra aquilo que não pode ser dito, apenas mostrado.

Pois bem, com a escrita reabilitada resta ainda aproximá-la da Teoria da Enunciação. Mas em que momento a teoria da enunciação autoriza tal aproximação entre a escrita e seu construto teórico? É possível perceber alguns indícios. Vamos a eles.

Em seu célebre artigo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste acentua a subjetividade e a intersubjetividade como pertencentes a um quadro dialógico constitutivo da língua. Ao enunciar-se na escrita, o locutor mobiliza, assim como na forma sonora, uma outra enunciação de retorno. Se não o faz com a mesma presença pontual exigida pela oralidade, inegavelmente há uma presença/ausência desejada ou imaginada. Especificamente sobre a escrita, apenas uma menção no final do texto:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem (PLGII 1989, p. 90).

A conclusão possível depreendida deste final é que Benveniste já vislumbrava a existência de uma *enunciação escrita* e que também ela pressupõe a intersubjetividade dialógica ao fazer *os indivíduos se enunciarem*.

Ainda no mesmo artigo, temos a definição de enunciação: "a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (p. 82). A partir desta definição, duas outras afirmações são possíveis: (1) a língua é entendida em sua totalidade – fala e escrita, sendo ambas suportes para a língua. (2) *um ato individual de utilização* significa um agir sobre a língua. Se há, portanto, uma *apropriação* no momento mesmo da enunciação, essa relação se estende para a escrita. Dessa forma, é lícito dizer que o locutor *mobiliza a língua por sua conta*, usando os meios de que dispõe para produzir um enunciado. Tais "meios" ou índices têm uma "descrição um pouco abstrata" (PLGII, p. 84) no dizer de Benveniste, logo, cabem à fala e à escrita. Esses termos que se constituem no momento da enunciação – índice de pessoa, índice de ostensão e as formas temporais – são o resultado da ação do homem na língua.

Dizer da ação do homem na língua é dizer de seu estilo. Benveniste no texto *Difusão de um termo de cultura: o latim orarium* (PLGII, 1989) ao analisar o uso das palavras *orarium* e *sudarium*, praticamente sinônimos, concluiu que a preferência por um dos termos "é de nível estilístico" (p. 247). Estilo que se manifesta na língua em sua totalidade – fala e escrita, sendo a presença do próprio homem manifestada na enunciação.

Considerações finais⁴

Essa reflexão abordou três pontos. O primeiro deles apresentou a escrita como figurante em relação à oralidade, de quem é tomada como representante e subalterna. O entendimento da escrita como representação da fala impossibilitou tratá-la como um sistema, condenando-a a um papel de coadjuvante dentro do estudo lingüístico. Para reabilitá-la, é preciso destituí-la deste caráter vicário e torná-la capaz de possuir uma ordem própria. Esse en-

⁴ Agradeço à Silvana Silva pela interlocução.

tendimento torna-se possível se levarmos em conta a noção de significante apresentada no CLG. Se por um lado, o Curso apresenta o significante como imagem acústica – o que justificaria o entendimento da escrita como material – por outro, há a noção de significante como imaterial – desmaterialização que favorece a restauração da escrita.

Ao libertar-se do jugo sonoro, a escrita apresenta-se como pura forma, não sendo mais relacionada ao som, torna-se imaterial. Esse é, pois, o conceito de escrita capaz de aproximá-la da Teoria da Enunciação.

Pelo viés de uma escrita dotada de um sistema próprio torna-se possível postular a existência de uma enunciação escrita, de certa forma, já apontada por Benveniste em alguns trechos de sua obra. Em outras palavras, acredito que a construção epistemológica subjacente ao *aparelho formal de enunciação*, preconizado por Benveniste em 1970 para a língua tomada em sua totalidade, permite que se aborde a escrita como um lugar de enunciação com características próprias.

Resta ainda salientar que esse estudo é o início de um percurso investigativo, buscando trazer à discussão conceitos “adormecidos” no solo da Teoria da Enunciação. E para recorrer a uma expressão de Dosse (1994) ao referir-se a Benveniste como inovador no próprio campo estruturalista, ele é alguém que *vai pregar no deserto*. Vale dizer que quando o momento não é propício, a semente, adormecida, espera a hora certa de sair à luz.

Referências

- ARISTÓTELES. *Catégories de l'interprétation*. Paris: Vrin, 1966.
- ARRIVÉ, M. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.
- . *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo II*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- LOPES, E. *A palavra e os dias*. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROUSSEAU, J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Campinas: Unicamp, 2003.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.